

CONDIÇÕES DE CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO SINDICALISMO DOCENTE DE EDUCAÇÃO BÁSICA / ESTUDO SOBRE A APEOESP

Hélvia Leite Cruz¹

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.

Jacques Le Goff²

Este trabalho insere-se na categoria de sociologia histórica, uma vez que busca contribuir para a reconstrução da memória sindical e espera poder oferecer subsídios para a discussão do sindicalismo docente de educação básica no Brasil. Tem por objetivo debater e apresentar considerações sobre as causas do sindicalismo docente tardio, tendo como pressuposto básico as condições objetivas e subjetivas de construção desse sindicalismo, relacionadas ao ensino público oficial no Estado de São Paulo. Pretende refletir sobre o que retardou essa formação e fez com que o sindicalismo dessa categoria surgisse com mais de cinquenta anos de atraso em relação ao sindicalismo operário no Brasil.

Azis Simão (1966) ao estudar a origem do proletariado de São Paulo parte do pressuposto de que os modos de produção foram condicionantes para o aparecimento do sindicalismo operário daquele Estado. Esse autor analisa as condições econômicas e sociais paulistas como suporte para explicar essa origem. Faz referências ao tipo de sindicato e de ação sindical que se construiu em decorrência dessa estrutura. De onde se conclui que, para que esse aparecimento se desse, foi necessário que houvesse trabalho assalariado, típico do sistema capitalista, que se desenvolveu com o aparecimento das indústrias e com o processo de industrialização em curso naquela época nesse Estado.

Ao considerar a sociedade de São Paulo esse autor identifica ainda, que o período de início da industrialização era um período em que conviviam trabalho escravo e trabalho assalariado ínfimo, em que a economia de mercado era circunscrita à exportação da produção agrícola, e que esta se caracterizava também pela economia de subsistência e ainda pela incipiente economia mercantil mínima das lavouras cultivadas pelos escravos. Isso no último quartel do século XIX. E afirma: “Tais modos de produção, assim, obstaculavam a formação de uma economia de mercado interno, capaz de favorecer a emergência de uma indústria, que além de recursos financeiros, maquinária e pessoal habilitado, requer uma população relativamente grande com capacidade aquisitiva”. (Simão,

¹ Universidad de Brasilia (Brasil). E-mail: hell_cruz@hotmail.com.

² (História e Memória. Tradução de Bernardo Leitão, 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. p:477)

1966: 10).

O processo de avanço do movimento abolicionista, condição para que uma nova relação de trabalho se estabelecesse no Brasil, se consolida a partir de 1850 com o fim do tráfico de escravos. Embora essa prática continuasse sendo feita de forma clandestina, esse fato, em si, já demonstrava que uma nova forma de direito sobre o trabalho estava em curso. Esse processo culmina com a abolição da escravidão, por meio da Lei Áurea, proclamada em 1888.

A imigração e o enorme contingente de imigrantes vão ser fundamentais no aparecimento dos sindicatos e do sindicalismo no Brasil. Foi com base nas idéias anarquistas e socialistas trazidas pelos imigrantes que o movimento sindical vai lançar seus pilares. Porém Simão (1966) coloca a diversidade étnica como um dos grandes fatores a ser considerado quando se estuda o aparecimento do proletariado em São Paulo. “Trata-se da composição étnica do contingente de assalariados, no qual se distinguem, de um lado, estrangeiros e seus descendentes, e de outro, pessoas oriundas da mais antiga população nacional” (Simão, 1966: 26). As condições objetivas e subjetivas estavam dadas. O crescimento da indústria, as péssimas condições de trabalho, aliado ao fato do crescimento da população urbana, da própria urbanização, somadas as idéias anarquistas e socialistas na fase inicial e as idéias comunistas em fase posterior, fizeram com que os trabalhadores avançassem nas lutas sindicais

Mattos (2003), afirma que: “Por volta da primeira década do século XX, grupos expressivos de trabalhadores urbanos buscaram nas ‘sociedades de resistência’, ou sindicatos, uma forma de organização coletiva que respondesse à demanda por representação dos seus interesses junto aos patrões e ao Estado, no que diz respeito às questões do mundo do trabalho. Através dos sindicatos, multiplicaram-se os momentos de luta coletiva organizada, como as greves, um instrumento do qual os trabalhadores brasileiros já vinham lançando mão, embora em escala bastante restrita, nas décadas anteriores”. (Mattos 2003: 8)

Sobre o sindicalismo docente

É de se estranhar que o sindicalismo docente só venha a ocorrer anos após a formação do sindicalismo operário. Se o sindicalismo brasileiro em outros setores de atividade, tais como a indústria, começou a organizar-se ao final do século XIX, o sindicalismo docente começa a estruturar-se realmente mais tarde, o que só aconteceria por volta de 1945. Dal Rosso e Lúcio, (2004)³, após estudar seis sindicatos de professores de educação básica do Brasil, constatam que meio século separa a organização sindical operária da organização sindical docente. Para esses

³ Dal Rosso, Sadi e Lúcio, Magda, 2004. “O Sindicalismo tardio da educação básica no Brasil”. Universidade e Sociedade (Brasília/DF), Ano XIV, nº33 junho: 115-125.

autores, o sindicalismo operário foi construído no Brasil entre os anos 1890 e 1930 e o sindicalismo docente de educação básica, entre 1945 e 1975. É em 1945, que surge a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, (Apeoesp), originariamente com o nome de Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo, (Apesnoesp), que é objeto desse estudo.

Tal fato torna-se evidente, quando as associações anteriores não são consideradas como organizações sindicais dos docentes. O que esse estudo vai procurar demonstrar é que existe continuidade e rupturas entre essas associações e sindicatos. A situação de atraso é concreta. Pode ser relativizada, se for considerada apenas a existência de associações docentes. Caso se use, o 'novo sindicalismo', como referencial comparativo, esse atraso pode ser bem maior do que se estima.

O 'Novo Sindicalismo' que vigorará no Brasil no final da década de 70 é definido por Mangabeira (1993), em oposição ao sindicalismo populista e burocrático e para tal a autora organiza três conjuntos de proposições, com suas características:

1. Combatividade – por sua tendência a recorrer mais a greves; pelas formas de luta escolhida; pelo uso político dos canais legais existentes; por introduzir temas que contestam a organização da produção.

2. Representatividade – são mais representativos da base que representam porque admitem novos protagonistas como líderes; admitem e estimulam a representação nos locais de trabalho; procuram expandir as bases de participação por meio da organização de campanhas de sindicalização; admitem eleições sindicais sistemáticas realizadas em condições de maior liberdade e competição.

3. O “novo sindicalismo” não é apenas uma tendência sindical, mas: - representa uma arena de lutas em defesa de direitos sociais e políticos; questiona os próprios limites do Estado corporativista, criando oportunidade de cidadania operária. Mangabeira (1993: 15)

Embora no final da década de 1920, no Rio de Janeiro, existam registros de luta dos professores que trabalhavam nas cerca de 65 escolas particulares, então existentes, uma vez que ganhavam apenas por aula ministrada, sem direito a receber pelos feriados, dias festivos e períodos de férias escolares, esta realidade da categoria, segundo a literatura, só começaria a se modificar a partir da Revolução de 1930. O estudo de Coelho, (1988), sinaliza para o período que vai de 1931 a 1950, como o de construção e fortalecimento da luta dos professores. Contudo, para efeito deste estudo, percebe-se que é necessário que se recue um pouco mais no tempo e que se vá até a gênese do aparecimento das organizações associativas e sindicais do magistério no Estado de São Paulo.

Empregando o critério de densidade docente em grandes centros urbanos, o de baixa produção acadêmica sobre esse título, “sindicalismo tardio”; bem como o critério da relevância no âmbito do

Brasil, este trabalho propunha-se inicialmente a pesquisar empiricamente apenas o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - Apeoesp, por essa instituição ser considerada por muitos como o primeiro sindicato dos professores do sistema de ensino público do Estado de São Paulo. Entretanto, ao se levar em conta que o movimento organizativo dos docentes desse Estado se inicia com associações, esse universo de pesquisa empírica teve que ser ampliado.

Passou-se então a se considerar além das primeiras associações, a Liga do Professorado Católico de São Paulo - LPC, o Centro do Professorado Paulista de São Paulo - CPP e até a mais recente, Associação de Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo - Apampesp. Os motivos que levaram a essa ampliação se relacionam com o fato de nessas instituições se encontrarem os docentes que tem um maior acúmulo de memória e subjetividades, acúmulo condicionado pelo tempo e pela vivência nas organizações associativas e sindicais docentes.

Essas memórias e subjetividades passaram a serem consideradas como fundamentais, sem perder, contudo, o caso da pesquisa, que diz respeito ao Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - Apeoesp. Segundo Bosi (2003), “Quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstruir comportamentos e sensibilidades de uma época! O que se dá se o pesquisador for atento às tensões implícitas, aos subentendidos, ao que foi sugerido e encoberto pelo medo...”. (Bosi, 2003: 16). Soma-se a isso, o fato de que em São Paulo existe uma multiplicidade de entidades sindicais representando uma mesma categoria, além de que os professores paulistas se filiam a uma ou mais associações e sindicatos simultaneamente.

Para tal, algumas hipóteses foram pensadas e dizem respeito basicamente a dois aspectos fundamentais que se relacionam com gênese do sindicalismo docente: as condições objetivas e subjetivas. O primeiro é de que condições objetivas concretas devem existir para que aconteça o movimento organizativo dos professores. Dentre essas condições pode-se citar, o número de docentes, porém, o dado quantitativo por si só não responde ao aparecimento do movimento sindical, é necessário que se considere, nesse aspecto, a origem social dos docentes, entre outros, como as condições de trabalho e implícitas nessas condições, o aparecimento de contradições. O segundo aspecto diz respeito às condições da subjetividade dos docentes, subjetividade entendida, enquanto representação social que professores fazem da sua prática pedagógica.

O trabalho do magistério, a função da profissão se constrói no contexto do capitalismo brasileiro. Na relação da profissão com a subjetividade dos docentes, há que se levar em conta à formação dos professores, a concepção de trabalho docente, como o docente representa sua profissão. Para tal compreensão, remete-se a origem das organizações associativas e sindicais dos docentes de educação básica oficial do Estado de São Paulo.

Quando apareceu e qual teria sido a primeira forma organizativa dos professores do ensino público do Estado de São Paulo? Dados remetem para a *Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, cuja fundação data de 27 de janeiro de 1901. Comprovada nos registros da Revista de Ensino, periódico dessa associação, bem como na ata de fundação do Centro do Professorado Paulista, CPP que é de 1930 (Mennucci, 2004). Consta também, das biografias de alguns professores apresentadas no documento intitulado, Poliantéia Comemorativa do 1º Centenário do Ensino Normal de São Paulo, 1846-1946. (Rocco, 1946)

Porém existem dúvidas sobre a existência de outras associações, em período anterior, nesse Estado (Catani, 2003). As declarações do Inspetor Geral, Professor Emílio Mario de Arantes registrado, em 1902, na Revista de Ensino, de que a *Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo* representaria a satisfação de 24 anos de luta dos professores de São Paulo, deixa claro que as expectativas de fundar uma associação de classe é anterior a essa associação. Vale a pena observar alguns trechos da biografia do professor Alfredo Bresser da Silveira, “Foi um dos doze professores que em 1896, resolveram cotizar-se para publicar ‘Escola Pública’ e mais tarde, em 1901 concorria também como sócio fundador para a instalação da ‘Associação Beneficente do Professorado Público’. Ao falecer ocupava a vice-presidência da ‘Associação’ e o cargo de diretor da Escola Profissional Masculina” (Rocco, 1946: 114).

Tudo isso demonstra a expectativa dos professores da época em se organizar, mesmo que essa organização tenha ficado restrita à publicação de revistas pedagógica. Também demonstra o quanto o campo educacional se encontrava em fase de estruturação.

Observando-se os objetivos da *Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, de 1901, comprova-se que eles possuem semelhanças com os objetivos das demais associações que viriam a existir, como, a defesa do grupo profissional, a prestação de serviços de saúde e a assistência financeira em casos de moléstia, invalidez ou necessidade momentânea, além de assistência jurídica, porém é comum a todas, o objetivo de manter o aprimoramento intelectual da categoria. Esse último objetivo também aparecerá nos estatutos das outras associações, como a Liga dos Professores Católicos, o Centro do Professorado Paulista e a até da Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do estado de São Paulo, Apesnoesp o que demonstra a preocupação com o reforço a formação e consolidação da profissão do magistério.

O ano de 1901 passa a ser então, o marco de aparecimento do movimento organizativo dos docentes de educação em São Paulo. Anseios anteriores estão registrados, mas, não extrapolaram a intenções. Nesse ano, funda-se a Associação Beneficente do Professorado Público, (ABPPSP). Em comum com o Centro do Professorado Paulista, existe a constatação de que professores que haviam sido da ABPPSP participaram da construção do CPP. Em relação a Liga do Professorado Católico de São

Paulo, nas suas origens, constata-se que os professores que participaram da criação dessas instituições são oriundos da primeira escola normal de São Paulo. Conviveram enquanto estavam em processo de formação.

É em 1919 que surge a Liga do Professorado Católico de São Paulo, (LPC). A LPC participará por volta da década de 1930 das discussões sobre a adoção dos princípios da Escola Nova, como modelo de educação para São Paulo e para o Brasil. Nesse sentido, pode-se caracterizar esse único período como de ruptura da sua prática assistencialista. Essa nova associação (LPC) não se constitui uma continuidade ao trabalho que era desenvolvido pela Associação Beneficente, mas, servirá de reflexão para a existência da próxima associação, ou seja, o Centro do Professorado Paulista, (CPP).

Esse Centro nasce em 1930, em um contexto em que o campo educacional paulista já se encontrava constituído e estruturado, especialmente no que se refere ao ensino primário, o ensino relativo às séries iniciais. Nasce em uma conjuntura política conturbada, no período que antecede a Revolução Constitucionalista de 1932, assumindo, portanto, uma pretensa neutralidade política e religiosa. Essa “neutralidade” passará a compor um dos seus traços, se a intenção fosse elaborar um perfil da instituição. Nasce da negação do que foi, a Associação Beneficente e a Liga do Professorado Católico. “É verdade que já existiam duas associações. Uma, a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, de feição lítero-pedagógica, semi-abandonada, *sem-rei-nem-roque* e na agonia, deixando no seu acervo preciosa coleção de revistas com ótimos trabalhos. ()...Outra, a Liga do Professorado Católico, de cunho puramente religioso, funcionando junto à Cúria Metropolitana e destinada a congregar, em torno da Igreja, o magistério católico.() ...Nem uma nem outra, pois, se achava em condições de canalizar os anseios da classe, agrupando-a em torno dos seus ideais.”⁴

O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, Apeoesp nasceu em uma assembléia em São Carlos, com o nome de Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo, Apesnoesp, em 12 de março de 1945.

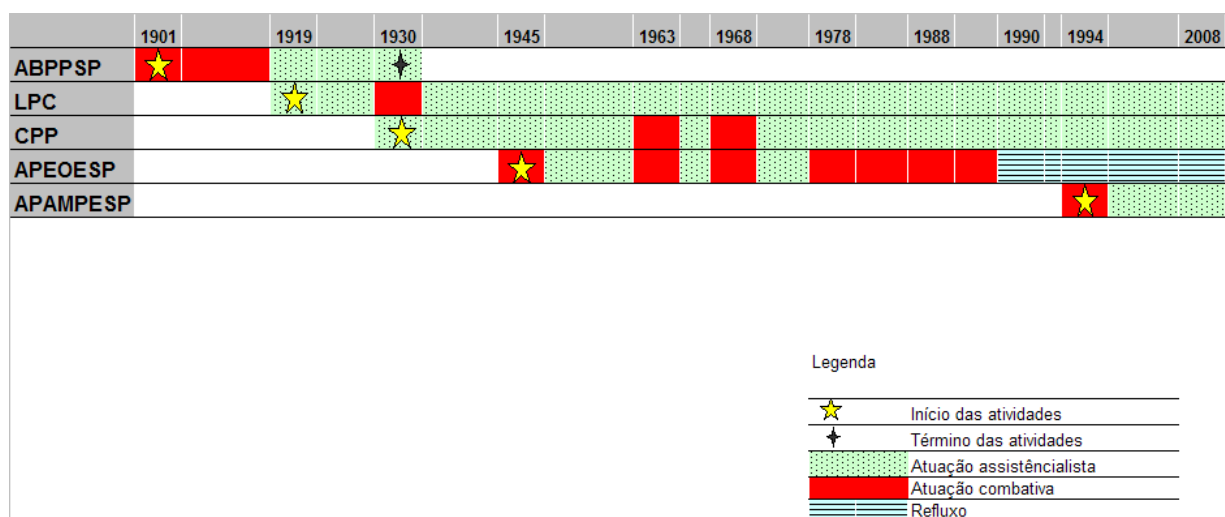
A expansão do ensino primário foi marcante após 1930. A partir de então se segue a essa expansão a necessidade de se fazer o mesmo com o ensino secundário. A escola passa a conferir a possibilidade de mobilidade social, no que diz respeito à ascensão aos empregos e mesmo como resposta as necessidades de crescimento do país que exigiam um nível de escolarização mais elevado da população. Com a expansão do ensino secundário e normal se iniciava a construção das condições para o aparecimento da Apesnoesp.

A Apesnoesp nasce de forma diferente. Nasce com a marca da luta. Sua fundação é consequência de

⁴ Comentários do Professor Joaquim Álvares Cruz, sobre a fundação do CPP. Revista de Ensino, nº1, 1931.

um embate político. Professores se organizam e se mobilizam em torno de salários não recebidos. Como consequência resolvem criar uma associação que representasse os professores dos segmentos, do ensino normal e secundário. Nasce com um viés diferente do CPP. Esse passado de luta, de combatividade é retomado pela Apeoesp, (à época, Apesnoesp), em 1963. Nesse ano acontece uma grande greve desencadeada pela associação. Foi registrada como a primeira greve da instituição. Em 1968, a Apeoesp promove manifestações de rua, que foram reprimidas com violência. Nos eventos de 1963 e 1968 o CPP acompanhou a Apeoesp e teve seus momentos de combatividade, conforme o quadro comparativo sugere.

Quadro comparativo das trajetórias



Quando em 1945 se cria a Apesnoesp, que depois se transformaria em Apeoesp, alguns professores que estavam apoiando a fundação dessa instituição de representação dos professores do ensino secundário e normal também eram do CPP, a exemplo, pode-se citar, o Professor Sud Mennucci e o Professor Sólton Borges; A Apampesp reúne hoje professores que durante suas trajetórias profissionais foram associados ou filiados tanto ao CPP, quanto a Apeoesp.

Todas essas instituições tiveram no seu passado, e algumas ainda hoje mantêm, uma atuação assistencialista. Nessa perspectiva, acumularam patrimônio e ofereceram serviços diversificados, que vão desde festas, saraus, atendimento odontológico, ao previsível, atendimento jurídico.

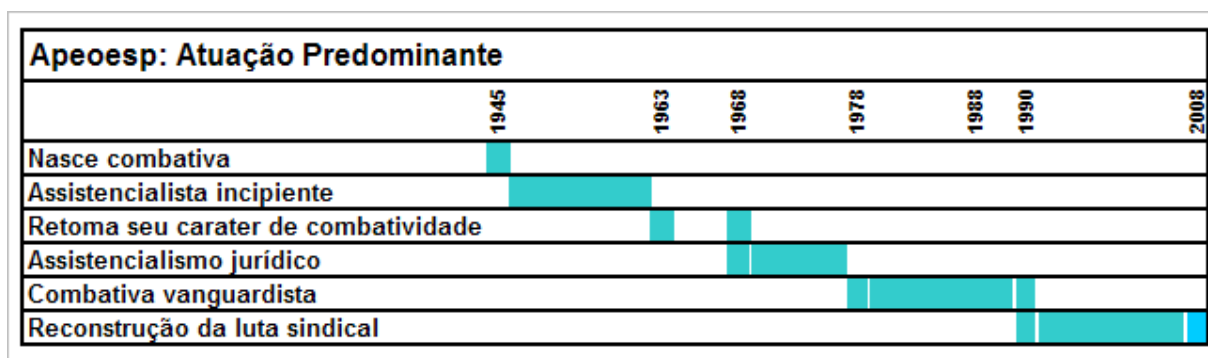
Outro ponto de continuidade que pode ser citado é da relação dessas instituições com o Estado. Vários professores já ocuparam cargos tanto na administração da Secretária de Educação, quanto no Poder Legislativo. Do CPP saíram Delegados de Ensino, Deputados Estaduais e Federais. Da Apeoesp saíram Deputados Estaduais e Federais, sendo que esses últimos de tendências de esquerda. É no período de 1978 a 1990 que a Apeoesp, vivenciando e protagonizando o “novo sindicalismo”

promove a grande ruptura com as demais associações. Recentemente a Apeoesp tem mantido sua combatividade no enfrentamento das políticas do governo local, mas, em termos de governo federal tem se mantido um pouco arrefecida. Podem-se caracterizar esses anos mais recentes como uma fase de refluxo.

Tais análises levam a proposição de uma periodização para a Apeoesp. A idéia de se propor essa nova organização dos tempos e das lutas da Apeoesp, deve-se principalmente, ao fato de se tentar recuperar seu passado. Buscar suas raízes, pois o período anterior a 1978 é considerado como assistencialista e nesse sentido até negado pelos docentes. Sòmente, o período em que a Apeoesp se orienta pelos princípios do 'Novo Sindicalismo' é que é considerado relevante na literatura sobre este sindicato e conseqüentemente nos discursos dos professores filiados a essa instituição sindical.

Nesse sentido, podem-se propor seis períodos de atuação predominante para a Apeoesp. O primeiro período de surgimento da Apeoesp que data de 1945 e se caracteriza por essa associação ter nascido como uma organização combativa. Esse seria um ano de nascimento da Apeoesp de luta. O segundo período vai de 1945 a 1963; nessa fase essa entidade pode ser tomada como assistencialista, porém de maneira muito incipiente; Ainda está em fase de consolidação e a prestação de serviços é embrionária. O terceiro período vai de 1963 a 1968, pode-se afirmar que essa fase se caracteriza por ter tido dois momentos pontuais de luta, de retomada da combatividade, intercalados por uma atuação tímida diante do rigor do regime ditatorial implantado pelos militares em 1964. O quarto período vai de 1968 a 1978 a Apeoesp retorna a atuação assistencialista, dessa feita, um assistencialismo essencialmente jurídico individual. As causas jurídicas impetradas eram, predominantemente, em nome de determinados professores, ao invés de ser em nome da categoria. O quinto período refere-se à década de 1978 a 1988, a Apeoesp atua de forma combativa, protagonista e vanguarda do movimento sindical docente. Embora esse movimento de transformação da Apeoesp tenha se iniciado por volta de 1976, a grande mudança acontecerá realmente a partir de 1978. O sexto e último período circunscreve-se aos anos mais recentes, observa-se que a combatividade da Apeoesp se mantém em relação ao governo estadual. Pode-se dizer, que como os demais sindicatos, a Apeoesp vive nas últimas décadas um período de reconstrução da luta sindical. Conforme quadro a seguir.

Quadro periodização da APEOESP



Concluindo

Comparando as origens do movimento operário paulista e o movimento dos professores do ensino público oficial do Estado de São Paulo, pode-se concluir:

Em 1901 os professores do ensino público paulista fundam sua primeira associação. Na primeira década de 1900, o movimento sindical operário já está afirmado e cresce. Enquanto isso, o movimento dos professores luta pela constituição do campo educacional. Embora se esteja comparando realidades diferentes, entende-se o atraso em função da inexistência de um campo educacional estruturado. Em 1900, a industrialização já alcança um grau relativo de desenvolvimento.

As instituições docentes existentes se caracterizam por: o CPP representará os professores do ensino primário, até o aparecimento da Apesnoesp, em 1945. No início a Apesnoesp se direciona ao professorado do ensino secundário e normal, com a mudança da legislação educacional, tanto a Apesnoesp quanto o CPP passam a representar todos os professores, independente da sua área de atuação.

O CPP se configurará, segundo Lugli (1997), como uma associação conservadora, assistencialista e corporativa. Já a Apesnoesp nasce da luta. Nasce de um processo de organização dos professores do ensino secundário e normal em oposição a uma situação desconfortável do ponto de vista trabalhista. Mas, também durante anos se afirmará como uma instituição assistencialista e predominantemente jurista.

Enquanto isso, o sindicalismo operário de São Paulo desenvolve sua luta. Transforma-se de sindicalismo anárquico-socialista a sindicalismo comunista. Ousado e protagonista da história do país. Já o sindicalismo docente da Apeoesp só vai adquirir esse caráter em meados da década de 1970, quando os professores, em sua maioria proveniente do movimento estudantil, conforme comprovam os depoimentos dos docentes entrevistadas para esses estudos, resolvem tomar as rédeas do movimento sindical. Constroem as condições para a “grande virada”, para a retomada daqueles

áureos tempos iniciais de luta. Segundo depoimento de um professor sobre a Apesnoesp,

“Sim, ela já nasceu assim na década de 1945. Veja que essa data é uma data muito expressiva. E depois ela, digamos assim, ela fica um período de reivindicações, né. Outras formas de reivindicação, né. Ela se expressou dada essa sua origem como uma entidade ativa, bem ativa. Vamos usar a expressão ‘combativa’. Então a apeoesp tem essa trajetória de origem”. (Professor, 58 anos).

Os professores oriundos de outras militâncias de esquerda, em 1978 organizados em grupos, Movimento de União dos Professores, MUP, de 1976 e Movimento de Oposição Aberto dos Professores, MOAP, de 1977 vão à luta pela conquista da direção da Apeoesp. A reação da situação é tão forte, que esses dois movimentos, embora com concepções diferentes de sindicalismo e de estratégias de luta, se aliam no movimento Pró-Chapa de Oposição e partem para o enfrentamento. Esse é o tempo do “novo sindicalismo”.

É a partir dessa atuação sindicalista que se identifica uma organização que, ao mesmo tempo em que busca responder a questões específicas de uma categoria profissional, se preocupa com a emancipação social, com a transformação da sociedade. É, portanto um sindicalismo de classe e revolucionário. Em relação a essa prática, pode-se afirmar que, comparando com o sindicalismo operário paulista, o sindicalismo docente em sua origem estaria atrasado em cerca de muitos anos.

A legislação não foi impeditiva. Mesmo como associação, tendo a categoria sida regida pela legislação do funcionalismo público, que impedia que esses se organizassem em sindicatos, muito antes da associação dos professores se transformar em instituição sindical, a Apeoesp dos anos 1970 atuou como sindicato e sindicato combativo. Embora fosse associação já atuava como sindicato.

Sobre o quantitativo de professores, embora se reconheça que condições mínimas de estruturação do campo educacional foram necessárias para a organização dos professores, o CPP, por exemplo, só surge após a década de 1930, quando a expansão do ensino primário já estava consolidada e a Apesnoesp somente a partir de 1945, quando também houve expansão do ensino secundário e normal, contudo, isso não foi substantivo para a consolidação de um sindicalismo combativo e aqui, entram as questões subjetivas.

A subjetividade dos professores agiu como fator impeditivo ao aparecimento do sindicalismo docente de educação básica enquanto sindicalismo combativo, de enfrentamento e luta. O que se conclui, é que as condições objetivas, por si só, não respondem ao contexto. É necessário que haja a confluência com forças subjetivas, que envolvem as idéias, valores, e concepções, conforme demonstram os depoimentos dos professores entrevistados na pesquisa empírica.

Os dados colhidos nesses depoimentos levam a crer que a subjetividade docente guarda em si um imaginário que se refere ao passado da categoria e que é reflexo da trajetória porque passou a educação no Brasil. Desde a idéia de missão, vocação, até outras identidades, que foram se

configurando através dos tempos. (Souza, 1996)

Podem-se relacionar algumas identidades que fazem parte das fases que configuram essa trajetória. A idéia de missão se refere à educação que existia no Brasil colonial e que era realizada pelos padres jesuítas. Essa identidade se configura como um trabalho de abnegação, de doação. Em seguida, a identidade do magistério fica associada aos mestres que ensinavam a ler e escrever em suas casas, que eram os mestres-escolas do período imperial, essa identidade somava-se também a dos professores, que davam as Aulas Régias. Nessa fase a educação começa a ser assumida pelo Estado e cria-se assim, a perspectiva de profissionalização do magistério.

Em momento seguinte, com a possibilidade do estabelecimento do sistema republicano, cria-se toda uma expectativa em relação à educação. Estabelece-se a necessidade de educação do povo e de sua inserção nesse novo sistema. Baseado nos ideais do iluminismo, na perspectiva dos enciclopedistas, o conhecimento passa a ser considerado fundamental na construção dessa nova sociedade brasileira. Nesse período o professor assume para si, essa missão e junto com ela a identidade de redentor das mazelas da sociedade escravagista e passa a ser missionário da república, reformador social. Esse imaginário continua se modificando. A idéia romântica da “professorinha”, que fez parte das décadas posteriores à de 1930, vai dando lugar à idéia de professor, profissional do magistério.

Com o advento das propostas pedagógicas no cotidiano escolar, com o reconhecimento de que a escola não funciona apenas com professores e alunos, com a confirmação de que outros profissionais colaboram para o sucesso da aprendizagem, entram em cena, então, os auxiliares da educação, secretário escolar, entre outros profissionais. Surge a identidade de profissionais da educação que são considerados todos os que atuam na escola. Esse é o período em que os sindicatos admitem a sindicalização conjunta desses profissionais com os docentes. Essa discussão toma conta dos congressos e encontros dos educadores.

Por fim, a idéia de trabalhadores em educação vem construída com a constatação da proletarização da profissão. É uma idéia que comunga com a transformação da Conferência dos Professores do Brasil – CPB em Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, em 1989.

Contudo, se os professores resistem a serem considerados funcionários públicos, a distância é grande quando devem assumir a idéia de serem Trabalhadores em Educação. Este estudo confirma que o imaginário dos docentes guarda idéias iluministas, positivas sobre a profissão, que se relaciona ainda com as expectativas criadas para o magistério da época republicana.

Observe-se que, em relação à trajetória no magistério, os depoimentos dos professores resumem a representação que os docentes têm da identidade profissional. Concordando com Castells (1999), “Identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação. Embora, as identidades também

possam ser formadas a partir das instituições dominantes, somente assumem tal condição quando os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização”. Castells (1999: 23).

Mesmo tendo seu caráter individual, a identidade é socialmente construída. Para Brzezinski (2002), “A identidade construída pode ser pessoal ou coletiva. A primeira configurada pela história e experiência pessoal e implica um sentimento de unidade, originalidade e continuidade, enquanto que a segunda é uma construção social que se processa no interior dos grupos e das categorias que estruturam a sociedade e que conferem à pessoa um papel e um *status* social. A identidade profissional configura-se como uma identidade coletiva” (Brzezinski, 2002: 8).

“É sacerdócio, é vocação. Missão (...) Ser professor para nós é uma coisa sagrada”. (Professora, 80 anos).

“É dom de Deus”. (Professora, 89 anos).

“Eu acho que para ser professora tem que ter vocação. O que não acontece muito nos dias de hoje. Muitos fazem magistério como quebra-galho. O magistério é uma coisa séria. Ser educador não é fácil”. (Professora 67 anos).

Nesse sentido, as mazelas da profissão, consideradas fruto da escolha vocacional, passam a ser de responsabilidade de quem escolhe ou de quem “nasce” contemplado por essa vocação, de quem existe com o dom para ser professora ou professor. Assim, nessa perspectiva os espaços para a análise crítica da situação da educação são reduzidos, bem como, os espaços para se reunir e organizar ações sindicais entre os docentes. Nesse caso, não cabe a luta, cabe a resignação pela predestinação que a vocação pressupõe.

Ainda em relação à vocação, sacerdócio, também se comprova essa forma de conceber a prática educativa na queixa apresentada por um professor que, no momento da entrevista, ocupava um cargo de liderança sindical.

“Inclusive a organização dos professores nos sindicatos, a dificuldade que nós tivemos era justamente fazer o professor entender que ele era um trabalhador também. Ele se considerava como sendo da classe diferente da dos trabalhadores. E quando você passava, discutia com os colegas a organização mesmo da Apeoesp, ou de movimento, de paralisação, ‘ah, mas isso é para os metalúrgicos, pros eletricitários, para os bancários’. Quer dizer, houve uma dificuldade muito grande de você, em termos, conscientizar o professor de que ele era um trabalhador, que conseqüentemente era extremamente explorado. Principalmente por essa idéia que ele tinha que se dedicar como se fosse um sacerdócio e não uma profissão”. (Professor, 58 anos).

Por outro lado, uma professora confirma tal queixa. Ao se abordar a questão da filiação dos sindicatos dos professores às centrais de trabalhadores, a exemplo da filiação da Apeoesp à Central

Única dos Trabalhadores, CUT, ocorrida em 1983, essa professora, associada à Liga do Professorado Católico de São Paulo e ao Centro do Professorado Paulista simultaneamente, foi categórica, uma vez que, na sua avaliação essas duas entidades seriam apolíticas e apartidárias.

“Porque aqui a gente exerceu a profissão, ou exerce como uma coisa que faz parte da gente. É um sacerdócio mesmo. Então nós nunca nos filiamos a nada disso. Se ganha pouco, sabemos que o Alckmin não dá nada para a gente, mas a gente o respeita como governador”. (Professora, 80 anos).

A questão da identidade profissional é muito delicada e interfere na luta sindical. Essa identidade que é constitutiva da subjetividade dos professores, conseqüentemente determinará sua ação. Em certos momentos da luta, se os professores tivessem internalizado na sua identidade profissional; que também são trabalhadores, que estão inseridos em um sistema capitalista, talvez a luta sindical fosse fortalecida.

Contudo em relação a essa questão, tem-se a compreensão de que o professor é um trabalhador, porém tratá-lo como um operário significa desconhecer as especificidades da profissão. Como trabalhadores, os professores, vendem diuturnamente seu trabalho, são explorados e contribuem direta ou indiretamente para a reprodução da mais-valia. Entretanto, os professores possuem formações diferenciadas, práticas distintas, vivenciam situações específicas no processo pedagógico, além de que, fazem parte de uma categoria que não é uniformizada. (Vianna, 1999)

Nesse sentido, a comparação mecânica com os trabalhadores que atuam diretamente na produção de mercadorias pode se constituir em reducionismo. Pode-se afirmar que o trabalho docente possui características mais relacionadas ao trabalho imaterial, ou seja, não está circunscrito à produção direta de mercadorias. Todavia, pode-se concluir que as falas dos entrevistados contribuem para a negação da sua condição de trabalhadores, enquanto profissionais da educação.

Em relação a questão da escolha da profissão, como vocação, observa-se que esse aspecto, porém, não apareceu como posição unânime entre os entrevistados. Fato constatado na fala de uma professora que respondeu a pergunta da seguinte maneira:

“Não tinha vontade ou vocação para o magistério. Mas no fim eu acabei me dando bem. Eu dei aulas durante 36 anos, não precisa falar mais nada, né?”. (Professora, 76 anos).

Assim, a escolha profissional determinada pelo gosto, que foi apresentada nas entrevistas, de forma contundente, pode ser considerada como determinante e se refere à questão do interesse.

“Com a educação, foi paixão (...) e tinha vontade de ser professora”. (Professora, 69 anos).

“Como eu gosto muito de gente, sou muito comunicativa. Então acho que foi a área que eu escolhi. Eu sempre fui assim de fazer amizade, de gostar de ensinar. (...) Antes de me formar eu sempre dei aula. Aula particular, aula de piano. Eu sempre gostei de dar aula. Por gosto mesmo”. (Professora, 72 anos).

“Eu quis ser professora porque é uma profissão que eu gostava muito. Eu amava isso daí, eu doeí a

minha vida quase que inteira na minha profissão”. (Professora, 67 anos).

O gostar do magistério aparece nas entrevistas como decorrência da história de vida desses professores. Essa relação aparece de forma tão enfática que fica difícil estabelecer o limite entre o vivido e a motivação pela escolha profissional. Isso talvez se deva ao fato de que a vocação, também, tem seu aspecto de algo socialmente construído.

“Eu acompanhava minha mãe quando ia dar aula. A minha mãe me levava para a escola cantando. Sempre cantando”.(Professora, 69 anos).

“Talvez seja pela influência direta de meu pai. Ele gostava muito de contabilidade” (Professor, 70 anos).

“É uma coisa que está no sangue. Eu tinha paixão por ser professora. Minha avó dizia, que eu ia ser professora porque as minhas brincadeiras eram dando aula. (...) Eu adorava criança, adorava dar aula. Eu vibrava com isso. Tinha umas amigas da minha tia, que elas contavam”.(Professora, 68 anos).

O interesse profissional, o gostar da profissão poderia ter sido um forte fator a determinar a adesão à organização e à luta sindical se outros fatores presentes na subjetividade dos professores não fossem tão determinantes, como por exemplo, a ideologia de que “a profissão é apenas uma questão vocacional”. Isso porque se a paixão pela profissão é tão intensa, isso por si só, deveria ter sido motivo suficiente para aderir à sua defesa.

Foi necessária a superação de um tipo de subjetividade docente e o aparecimento de outra para que os professores reagissem e colocasse o seu tempo sindical em igualdade com o tempo sindical operário. Porém esse não é um processo simples, e tem-se a impressão que os tempos entre objetividades e subjetividades são defasados. Muitas vezes, as condições objetivas estão postas, mas, as subjetividades guardam resistências e não funcionam a tempo. Tudo isso, em função da complexidade cada vez maior do mundo contemporâneo, da alienação, que aumenta em função dessa complexidade e da ideologia que é passada de forma cada vez mais sublinhar e confunde os docentes. Parece que a realidade objetiva muda e somente depois de um tempo as condições subjetivas vão mudando. Existe uma defasagem de tempo, nessa relação, que também é dialética.

Um dos aspectos fundamentais do materialismo histórico e dialético é a máxima de que o novo nasce do velho. Isso implica acatar as mudanças enquanto processo. Nesse sentido, pode-se afirmar que existem continuidades e rupturas entre os fenômenos sociais. Condições objetivas e subjetivas, numa relação dialética fazem com que os fenômenos aconteçam, existindo, portanto uma relação entre eles. A própria negação do fenômeno é uma forma de relação. Uma vez que o novo nasce da superação do velho, isso autoriza a afirmar-se que existe uma relação entre os primeiros anseios por uma organização associativa para os professores, ainda em 1877 e a Apeoesp que se tem hoje, que

existe uma relação entre o CPP e a Apesnoesp, assim como entre a Apeoesp assistencialista e a Apeoesp do novo sindicalismo da década de 1970. Não dá para se manter uma posição de ignorância, ignorância entendida como a deliberação de manter ausente o conhecimento, no sentido de não dar a devida importância ao passado organizativo dos professores e professoras. Querer-se negar “aqueles aspectos” da organização dos professores com os quais não se possui identificação e que deles não se tem interesse, pode dificultar a crítica ao sindicalismo que se deseja. Faz-se necessário abraçar o passado, com nostalgia, sim! Nostalgia entendida na perspectiva de recuperar o velho, para se fazer um novo melhor. Nostalgia que conforme, Bosi (2003) pode revelar sua outra face: “a crítica da sociedade atual e o desejo de que o presente e o futuro nos devolvam alguma coisa preciosa que foi perdida”. Bosi (2003: 67)

Bibliografia

- APEOESP Dez Anos – 1978/1988: **Memória do Movimento dos Professores do Ensino Público Estadual Paulista**. Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI. São Paulo, 1993. (Documento Impresso)
- BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivido da Memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRZEZINSKI, Iria. (Org.) **Profissão Professor**: Identidade e Profissionalização Docente. Brasília: Plano Editora, 2002.
- CATANI, Denice Bárbara. **Educadores à Meia Luz**: Um Estudo Sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902 – 1918). Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol II. São Paulo. Editora Paz e Terra, 2002.
- COELHO, Ricardo B. M. **O Sindicato dos Professores e os Estabelecimentos Particulares de Ensino no Rio de Janeiro - 1931 – 1950**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1988.
- DAL ROSSO, Sadi e LÚCIO, Magda. **O Sindicalismo Tardio da Educação Básica no Brasil**. Universidade e Sociedade. Brasília/DF, Ano XIV, nº33, Junho: 115-125.
- LUGLI, Rosário S. Genta. **Um Estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista) e o Movimento de Organização dos Professores. (1964 – 1990)**. Dissertação de Mestrado, FEUSP, São Paulo, 1997.
- MANGABEIRA, Wilma. **Dilemas do Novo Sindicalismo**: democracia e política em Volta Redonda. Rio de Janeiro: Relume – Dumará: ANPOCS, 1993.

- MATTOS, Badaró. M. **O Sindicalismo Brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.
- MENNUCCI, Palmiro. **Centro do Professorado Paulista: um pouco da história de uma grande entidade**. São Paulo: Centro do Professorado Paulista, 2004.
- ROCCO, Salvador (Orgs). **Poliantéia Comemorativa do 1º Centenário do Ensino Normal de São Paulo. (1846 – 1946)**. São Paulo. 1946.
- SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**. Suas Relações na Formação do Proletariado de São Paulo. São Paulo: Dominus Editora, 1966.
- SOUZA, Aparecida Néri de. **Sou professor, Sim Senhor!:** representações do trabalho docente. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- VIANNA, Cláudia. **Os Nós do Nós: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo**. São Paulo: Xamã, 1999.